

**Educação Ambiental, contra-hegemonia e gestão de Unidades de Conservação:
aproximações a Antonio Gramsci**

**Environmental Education, counter-hegemony and management of Protected Areas:
approaches to Antonio Gramsci**

**Educación Ambiental, contrahegemonía y gestión de Unidades de Conservación:
aproximaciones a Antonio Gramsci**

Rodrigo Machado¹
Marcos Sorrentino²

Resumo

O texto expõe recortes de pesquisa sobre aproximações com categorias conceituais de Antonio Gramsci e contribuições à Educação Ambiental (EA) trabalhada na gestão de Unidades de Conservação (UC). Perguntou-se: como subsidiar a EA para que fortaleça a UC como espaço de ensino-aprendizagem em perspectiva crítica e incida na regulação de territórios? Hipoteticamente, subsidiar a EA com categorias gramscianas qualificaria a participação social nos Conselhos de UC para apreensão crítica da realidade socioambiental, elaboração de narrativa contra-hegemônica e incidência em políticas públicas. Metodologicamente, houve o estudo de categorias conceituais da obra do mencionado autor; revisão bibliográfica sobre a potência da EA contribuir à atribuição de sentidos às UC e aos Conselhos; pesquisa *ex post facto* sobre experiência de EA na gestão de UC. Identificou-se, partindo da inspiração no pensamento gramsciano, contribuições para o desenvolvimento de narrativas contra-hegemônicas, concebidas a partir dos Conselhos, que também expressam desafios no âmbito do Estado Integral.

Palavras-chave: Antonio Gramsci. Educação Ambiental. Contra-hegemonia. Unidades de Conservação. Conselhos Gestores.

Abstract

The text exposes clippings of research on approximations with conceptual categories by Antonio Gramsci and contributions to Environmental Education (EE) worked on the management of Protected Areas (PA). It was asked: how to subsidize the EE to strengthen the PA as a teaching-learning space in a critical perspective and interfere on the regulation of territories? Hypothetically, subsidizing EE with Gramscian categories would qualify social participation in the PA Councils for critical apprehension of the socioenvironmental reality, elaboration of counter-hegemonic narrative and impact on public policies. Methodologically, there was the study of conceptual categories of the work of the mentioned author; bibliographic review on the power of EE to contribute to the attribution of meanings to PA and Councils; *ex post facto* research on EE experience in PA management. Contributions based on inspiration in Gramscian thinking to the EE and its contributions to the development of counter-hegemonic narratives conceived by the Councils were identified, which also express challenges within the scope of the Integral State.

Keywords: Antonio Gramsci. Environmental Education. Counter-hegemony. Protected Areas. Management Councils.

Resumen

El texto expone recortes de investigaciones sobre aproximaciones con categorías conceptuales de Antonio Gramsci y contribuciones a la Educación Ambiental (EA) trabajadas en la gestión de áreas protegidas (AP). Se preguntó: ¿cómo subvencionar la EA para que fortalezca a la UC como espacio de enseñanza-aprendizaje en una perspectiva crítica y afecte la regulación de los territorios? Hipotéticamente, subsidiar la EA con categorías Gramscianas calificaría la participación social en los Consejos de la AP para la comprensión crítica de la realidad socioambiental,

¹ Mestre em Educação (FEUSP), Doutorando em Ciência Ambiental pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, E-mail: rodrigomachado@usp.br

² Professor Sênior e Coordenador do Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca Esalq-USP). E-mail: maccor@usp.br

elaboración de narrativas contra-hegemónicas e impacto en políticas públicas. Metodologicamente, se realizou el estudio de las categorías conceptuales de la obra del mencionado autor; revisión bibliográfica sobre el poder de la EA para contribuir a la asignación de significados a las AP y Consejos; investigación *ex post facto* sobre la experiencia de EA en la gestión de AP. Se identificaron los aportes basados en la inspiración del pensamiento Gramsciano al desarrollo de narrativas contra-hegemónicas desde los Consejos, que también expresan desafíos en el ámbito del Estado Integral.

Palabras clave: Antonio Gramsci. Educación Ambiental. Contra-hegemonía. Áreas Protegidas. Consejos de gestión.

1 Do contexto, motivações e desenvolvimento da pesquisa

1.1 A construção de contra-hegemonia no campo da conservação como sentido da Educação Ambiental na gestão de Unidades de Conservação

Os relatos de experiências e a produção teórica sobre Educação Ambiental (EA) oferecem elementos que permitem identificá-la como um campo social emergente, composto por grupos sociais disputando hegemonia, simbólica e materialmente. Observam-se macro-tendências à direita e à esquerda de um espectro ideológico marcado, respectivamente, por orientações culturalmente conservadoras e economicamente liberais, naturalizadas em discursos e práticas de EA conservacionistas e pragmáticas (LIMA; LAYRARGUES, 2014, p. 33); e perspectivas críticas, emancipatórias e transformadoras, fundamentadas pela práxis. A macro-tendência da EA à esquerda caracteriza-se, assim, por enfatizar a necessidade de problematizar, fundamentalmente, “a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental”.

Os mesmos autores também associam essa macro-tendência crítica às orientações conceituais e epistemológicas, históricas, observadas por Tozoni-Reis (2007) no campo da EA. E ainda, ao ecologismo popular (MARTINEZ-ALIER, 2012), já no campo da gestão ambiental e respectivas correntes ecológicas reconhecidas por esse economista: Sacralização da Natureza e Ecoeficiência ajustados à reprodução do Capital; Ecologismo Popular contra-hegemônico. Assim, diferentes campos, áreas, contextos e realidades servem como espaços de disputas simbólica, material e política.

Um dos espaços dessas disputas é o da conservação ambiental. A pesquisa que subsidia este artigo (MACHADO, 2020) destacou, mais especificamente, sua principal estratégia: a criação, planejamento e gestão de Unidades de Conservação (UC) e seus Conselhos Gestores (CG). Ainda, buscou observar como a EA contribui ou poderia contribuir para a compreensão dos papéis e finalidades das UC e CG. Principalmente, como lida ou pode lidar com a práxis contra-hegemônica decorrente dessa compreensão. Daí a busca no pensamento de Antonio Gramsci para identificar subsídios a tais contribuições da EA, como exposto adiante.

Tal entendimento a ser trabalhado por intervenções de EA em CG de UC parte do reconhecimento de que o modo de produção e o modelo de desenvolvimento, atualmente hegemônicos, tornam insuficiente a criação de áreas protegidas como estratégia de conservação ambiental apoiada na reserva estrita de espaços *naturais*. No debate sobre conservação ambiental, há o reconhecimento dessa insuficiência, oscilando entre vertentes tradicionais da Biologia da Conservação (SOULÉ, 1985), advogando pela maior criação possível de UC, e da autodenominada *Nova Conservação* (MARVIER, 2013), apoiada em uma leitura que naturaliza o capitalismo e supõe o mercado como aliado da proteção da biodiversidade.

Abramovay (2019) expõe essa insuficiência em termos de escala da proteção com UC, devendo haver estratégias efetivas (dos pontos de vista normativo e político-prático) voltadas àquelas áreas localizadas fora das UC. A ausência da necessária complementaridade às políticas

de comando e controle que, embora sejam responsáveis pelos 80% de redução do desmatamento na Amazônia entre 2004 e 2012, impediria o alcance de mudanças culturais e políticas quanto ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Por isso, infere-se que os recordes de desmatamento, registrados principalmente de 2014 em diante, seriam subsidiados por uma mentalidade controlada pela fiscalização que trata, idealizada e essencialmente, como desvios morais grande parte das incompatibilidades com as normas.

A primeira vertente – conservação tradicional – sugere o reconhecimento do potencial destrutivo e praticamente inevitável da lógica de acumulação inerente ao desenvolvimento capitalista, embora não desenvolva nem politize essa discussão. Ainda assim, subsidia a compreensão das áreas protegidas como antítese do modo capitalista de produção, que fratura o metabolismo entre sociedade e natureza, mesmo que não aponte ou se comprometa com qualquer síntese que supere esse modo de vida e formação social. Já a *nova conservação* demonstraria resignação em relação à lógica de valorização constante do capital, naturalizando-a e subordinando-se a ela. Sandbrooke *et.al.* (2019) investigam esse campo da conservação, no qual o debate emergente se concentra nessas duas correntes (conservação tradicional e *nova conservação*). Por isso, tem sido analisado, de maneira crítica, por aqueles e aquelas que pensam e atuam no campo por diferentes razões.

Em princípio porque tal debate, segundo esses autores, estaria restrito a duas linhas, promovendo radicalizações nos desacordos entre as perspectivas ecocêntrica e antropocêntrica. Ao apresentar, pretensiosamente, a relação entre conservação e desenvolvimento como *nova*, expressaria uma falsa divisão no movimento conservacionista ao submeter a premissa básica que é a conservação ambiental a uma lógica essencialmente econômica de linhagem liberal. Ou seja, somente seria possível conservar se fosse viável em uma economia de mercado, e alternativas que não corresponderem a essa premissa não viabilizam a conservação da biodiversidade.

Segundo, por sugerir, falsamente, que o debate sobre conservação é limitado à contraposição entre apenas duas correntes, ocultando linhas alternativas e contra-hegemônicas. Uma delas seria a denominada pelos pesquisadores como *ciência social crítica*, que advogaria pela conservação em benefício das pessoas, sem, no entanto, recorrer ao capitalismo.

Terceiro, porque tal concentração limita a participação no debate, havendo espaço privilegiado a um grupo não representativo de conservacionistas: homens, brancos e de países centrais, notadamente estadunidenses. Outra razão da crítica se apoia em uma característica atribuída a esse debate restrito: seu tom agressivo e insultuoso e a hostilidade a alternativas às duas linhas hegemônicas (SANDBROOKE, *et. al.* 2019).

Entende-se *modelo de desenvolvimento hegemônico* como aquele associado ao que se reconhece por *neoextrativismo* que, por seu turno, se associa a uma compreensão, *lato sensu*, identificada com o produtivismo e consumismo, conforme explica Abramovay (2019). Maristella Svampa (2019), que resume a expansão do neoextrativismo no subcontinente apoiando-se em diferentes autores como Acosta (2012), Machado Araóz (2012), Terán (2016) e Gudynas (2015), o define como uma categoria analítica nascida na América Latina, com grande potência descritiva e explicativa, com acentuado caráter denunciativo e poder mobilizador. Na medida em que aponta padrões de desenvolvimento insustentáveis e alerta sobre o aprofundamento de uma lógica de espólio, também teria capacidade de *iluminar* um conjunto de *problemáticas multiescalares*, que subsidiam a compreensão da complexidade da crise atual (SVAMPA, 2019).

Gudynas (2017) apresenta o debate em torno do *neoextrativismo* na América Latina como expressão, seja em governos à direita, seja naqueles supostamente à esquerda, da opção política por manter a depleção de recursos naturais e modos de vida em nome de uma noção de desenvolvimento alinhada a um inviável crescimento infinito e à reprodução do Capital. Ambos

não apontariam à superação do modelo injusto e insustentável de desenvolvimento sobre uma base finita de recursos naturais.

Na mesma esteira de problematização da atual fase do capitalismo financeiro, em nível global, Dowbor (2018) conclui que tal modelo consome, irracionalmente, recursos naturais em benefício de apenas 1% da população mundial. Para Gudynas (2019) é estratégico o desenvolvimento de contra-narrativas que enfrentem o senso comum forjado em torno de um modelo de desenvolvimento insustentável. É preciso buscar outro modelo de governança, apoiado em outras bases políticas (DOWBOR, 2018). Para Boaventura de Sousa Santos (2002, 2016), é o caso de democratizar a democracia. Para Wright (2010, 2019), trata-se de aprofundar a democracia e erodir o capitalismo (WRIGHT) como modo de produção e modelo dominante, hegemônico.

Dá a centralidade de se consolidarem perspectivas e práxis contra-hegemônicas. Essa construção, invariavelmente, tem em sua dimensão cultural a disputa mais complexa. Não porque exclusivamente abstrata e subjetiva, mas, sim, porque apoiada na dialética entre material e simbólico, subjetivo e objetivo, concreto e abstrato, essência e aparência, estrutura e superestrutura. É nessas relações que se encontrariam elementos passíveis de subsidiar a formulação e aplicação de sentidos à EA, para que esta, por seu turno, contribua política e efetivamente à gestão de UC e de CG.

Especialmente no caso da EA em UC, Sorrentino (2019, p.156) traz a seguinte provocação: “Todo o patrimônio natural e cultural pode e deve cumprir um papel educador para formar humanos comprometidos com outro tipo de sociedade”. Antes, o autor sinaliza uma contribuição de relevo da EA para trabalhar e desenvolver uma potência que estaria latente nas UC.

Áreas destinadas à proteção do patrimônio natural e cultural, por exemplo, as Unidades de Conservação, podem, por meio da Educação Ambiental, contribuir para uma melhor percepção e compreensão sobre a necessidade de mudanças culturais capazes de impactar uma humanidade domesticada pelo ter e acumular bens materiais como horizonte de felicidade. Mudanças culturais que levem ao questionamento das necessidades materiais simbólicas e propiciem a emergência de um novo ou antigo compromisso com o bem comum (SORRENTINO, 2019, p. 154).

1.2 A pesquisa sobre contribuições de categorias gramscianas à Educação Ambiental na gestão de Unidades de Conservação e algumas características do objeto

O tema da pesquisa remeteu às contribuições da EA – inspirada por aportes com origem na obra do filósofo político Antonio Gramsci – para i) reforçar as UC como negação consciente do modelo hegemônico de desenvolvimento e ii) fortalecer a capacidade de resistência político-democrática dos Conselhos Gestores na gestão ambiental pública e como espaços de elaboração de sínteses que subsidiem engajamento político para a construção de sociedades sustentáveis e, portanto, também mais democráticas e justas.

Partiu-se da pergunta sobre quais contribuições teria a EA para fortalecer i) a gestão de UC como espaço de ensino-aprendizagem em perspectiva crítica e ii) a participação social na regulação de territórios via CG como forma de resistência político-democrática e construção de contra-hegemonia (seja no campo da conservação, seja na acepção de desenvolvimento e mesmo de gestão pública). Em outras palavras, como trabalhar com as UC para que se efetive seu papel educador? Como conceber e trabalhar a EA para que subsidie a construção do bem comum? Como realizar isso também politicamente?

Outras questões, amplas e com orientação política similar à da pesquisa, também contribuíram para orientar a investigação. Têm sido desenvolvidas no âmbito da discussão sobre políticas públicas para a construção de sociedades sustentáveis. Seria possível forjar e

fortalecer comunidades educadoras na sociedade, partindo de espaços de gestão participativa da sociobiodiversidade e comprometidas com a transição às sociedades sustentáveis? Poderia o Estado com isso comprometer-se? Na condição de agentes sociais sem hegemonia em distintos setores do Estado e na sociedade civil, como contribuir para o acúmulo de forças que propiciará transformações socioambientais em cada município, região, país e planeta? (SORRENTINO, 2015).

Definiu-se, hipoteticamente, que a EA, subsidiada por categorias conceituais desenvolvidas pelo pensador marxista italiano Antonio Gramsci, deve qualificar a participação social nos Conselhos de UC para a construção cotidiana de projetos societários que fortaleçam i) a compreensão crítica da realidade socioambiental, ii) a elaboração de narrativas e agendas contra-hegemônicas, iii) o engajamento político para incidir em políticas públicas que regulam a vida coletiva nos territórios de influência delas.

A EA contribuiria, portanto, atribuindo sentidos contra-hegemônicos às UC, reforçando-as, no campo da conservação ambiental, como materialização da negação de um modelo de desenvolvimento hegemônico, injusto e insustentável. Em sendo as UC a antítese de tal modelo, outra contribuição da EA se dirige aos seus Conselhos, tomando-os como vértices de engajamento consciente e incidência política, potencialmente contra-hegemônica. Nesse reforço, a EA apoia-se em fundamentos filosóficos, epistemológicos e metodológicos já consolidados no campo da Educação, a partir de pensadores de referência no Brasil e no mundo como Dermeval Saviani e Paulo Freire.

Saviani, com sua pedagogia histórico-crítica, de inspiração nitidamente gramsciana, ao expor o percurso do “senso comum à consciência filosófica” (SAVIANI, 1996), em que o cotidiano concreto das pessoas em situações educadoras é compreendido com base em um consenso constituído de forma desarticulada. Uma “colcha de retalhos” composta com noções de diferentes origens e formulada de maneira desorganizada, difusa, sincrética. O processo educador, em perspectiva crítica, seria o responsável pela transformação desse conhecimento sincrético do concreto, do empírico, em conhecimento sintético, organizado e coerente. De concreto empírico em “concreto pensado”; uma concepção de mundo elaborada (SAVIANI, 1996).

Freire, por sua pedagogia libertadora, emancipatória, “como prática da liberdade”, em que o aprendizado é um modo de tomar consciência da realidade, na qual também é possível observar o diálogo com Gramsci e sua concepção de educação crítica para consolidar outra hegemonia. Uma educação que, segundo Francisco Weffort, prefaciando a obra do pedagogo pernambucano, contribui, inclusive, a uma política popular. Ainda que sendo pedagogia (e não, portanto, político-partidária), promove uma conscientização que abre à compreensão das estruturas sociais como modo de dominação e de violência (FREIRE, 1967). Uma Educação que torna homens e mulheres politicamente ativos e preparados para a participação social. “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 1967, p. 35).

Como objetivo geral, a pesquisa buscou contribuir ao campo da EA e da gestão de UC e CG, ao analisar o debate que os articula a partir de chaves analíticas vinculadas a categorias gramscianas, trazendo-as para o diálogo com o campo ambiental, da conservação e da EA. Intentou, portanto, trabalhar uma perspectiva que reforça as UC como antítese ao Capital, que compreende os Conselhos como sujeitos políticos – com características de *Aparelhos de Hegemonia* gramscianos. Para tanto, também como organizações que socializam a política exercendo funções similares às de intelectuais orgânicos coletivos nos territórios – para a elaboração de sínteses a disputar, material e simbolicamente, hegemonia na regulação da vida coletiva e, portanto, dos territórios, também tendo como referência categorias conceituais do filósofo político Antonio Gramsci.

Os objetivos específicos foram i) desenvolver quadro referencial teórico – chaves analíticas a partir de categorias gramscianas; ii) articular os campos da conservação, da EA, da

participação social em Conselhos e das políticas públicas à luz de categorias conceituais gramscianas; iii) expor evidências empíricas que subsidiem resposta à pergunta sobre as contribuições da EA à construção de contra-hegemonia a partir das UC e CG.

Entre os antecedentes da pesquisa, houve um conjunto de experiências desenvolvidas, concreta e contraditoriamente, no e pelo Estado (em sentido estrito), no seio de uma unidade federativa e governo conservadores e no interior de uma política de comando e controle (caracterizada pela definição de regras de natureza usualmente preservacionista – comando – e pela vigilância e punição por meio de fiscalização – controle).

O conjunto foi denominado *Formação Socioambiental no contexto da fiscalização de Unidades de Conservação* (FS). Nessa composição de trabalhos junto a Conselhos de UC os problemas de fiscalização constituíram-se como temário gerador de processos educadores, em perspectiva crítica, pretensamente assentados na construção coletiva e dialogada de compreensões sobre a problemática socioambiental e conflitos que envolveriam as UC, os agentes sociais associados e qual agenda de atuação política e tipo de engajamento seriam vislumbrados a partir do espaço de gestão denominado CG. No horizonte dessa ação de EA, uma agenda política dos CG voltada ao desenvolvimento de abordagens preventivas àqueles problemas de fiscalização, compreendendo prevenção como o enfrentamento das causas complexas – e estruturais – de tais vetores de pressão sobre a biodiversidade.

De 2013 a 2016, a referida ação de EA alcançou 24 UC e respectivos CG no Estado de São Paulo (quase um quarto do total de UC estaduais), além de outras 23 UC abrangidas pelos territórios de influência das unidades trabalhadas. Essas unidades formaram dezesseis polos (territórios de conservação a partir de UC de proteção integral), com mais de cinquenta encontros realizados e envolvendo centenas de pessoas.

2 Do itinerário da pesquisa e seus desdobramentos

A pesquisa localizou-se em um percurso de reflexão e ação. De uma reflexão preliminar e no campo profissional sobre como a EA poderia ser situada num contexto de gestão ambiental pública, especialmente na fiscalização ambiental em UC, seguiu-se à realização prática com o devido registro. Este se organizou na forma de apresentações, descrições arquivadas em uma página virtual de acesso público³, relatório de pesquisa realizada no âmbito dos órgãos estatais que conduziram a experiência e artigos decorrentes, além de uma publicação que expressa um dos pontos culminantes do trabalho, amadurecido em razão do movimento de reflexão-ação-reflexão que permeou o itinerário percorrido. Portanto, esta investigação, já no âmbito acadêmico, fez parte do mesmo movimento, com o diferencial de maior fôlego, verticalidade e rigor na análise, maior liberdade de referencial conceitual, teórico e metodológico.

O percurso metodológico teve como principais etapas: i) realização de pesquisa teórica sobre categorias conceituais gramscianas e sobre sentidos atribuídos às UC e aos CG; ii) revisão de literatura sobre a potência da Educação e da EA contribuírem à atribuição de sentidos às UC e aos Conselhos alinhados à promoção de projetos societários sustentáveis e justos; iii) pesquisa *ex post facto* sobre experiência na qual se buscou evidências de contribuições da EA à atribuição de sentidos às UC e Conselhos.

Esta seção sobre método se organiza a partir de suas abordagens, que vão desde a definição do tema e objeto de estudo, passando pela exposição da dimensão empírica da pesquisa, a natureza da investigação (qualitativa e descritiva), culminando na abordagem definida como dialética devido às características tanto do objeto, como também dos campos mobilizados e a conjuntura em que a dimensão empírica aconteceu; seus eixos de investigação,

³ O link para essa página é: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=13234>

que ajudaram a organizar as frentes de trabalho de exploração dos campos e do objeto e os procedimentos de pesquisa, que delineararam os recursos e técnicas mobilizados.

As contribuições da EA à gestão de UC e seus Conselhos constituíram o tema de pesquisa. Portanto, os sentidos atribuídos à EA, articulada transversalmente às funções das UC e seus CG, configuraram o objeto de estudo.

A dimensão empírica desse objeto de investigação foi a já mencionada iniciativa no âmbito da então Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) denominada FS, conforme mencionado. Esse conjunto de práticas serviu de base material a partir da qual se extraiu elementos que mobilizaram categorias desenvolvidas por Gramsci e dedicadas às relações entre sociedade civil e sociedade política, tendo como horizonte a superação do capitalismo, aqui tidas, também, como condição histórica para a conservação ambiental e sustentabilidades.

A pesquisa, embora significativamente teórica e de corte bibliográfico, contou com aspectos de natureza descritiva, em virtude do viés de observação de características de determinado fenômeno, no caso, o trabalho com Conselhos de UC que intenta contribuir à atribuição de novos sentidos às funções e papéis de ambos. De acordo com Gil (2008, p. 28), “As pesquisas deste tipo [descritivas] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Contou, também, com elementos evidentes de pesquisa exploratória, devido ao estudo da obra de Antonio Gramsci e extração de suas categorias, trazidas, neste artigo, à condição de chaves analíticas fundamentais para demarcar contribuições de uma EA posicionada no espectro político-ideológico à gestão de UC como antítese do modelo desenvolvimento e de seus Conselhos como sujeitos portadores de capacidade de síntese. A pesquisa, assim, apontou as possíveis contribuições de categorias gramscianas a uma EA em perspectiva crítica, assim como à compreensão das UC como negação do *status quo*, mesmo que contraditoriamente forjadas por ele.

Portanto, tratou-se de pesquisa essencialmente qualitativa, devido ao grau de subjetividade intrínseca à atribuição de sentidos buscada pela investigação. Ainda que significativamente subjetiva, partiu-se do pressuposto de que, dialeticamente relacionando-se com a realidade material e experiências concretas, a subjetividade condiciona formas de compreensão da realidade vivida e de intervenção nessa realidade apreendida, sendo, também, reciprocamente condicionada por essa mesma realidade, tanto materialmente como a partir de outras subjetividades, de outros atores e grupos.

O método de abordagem foi dialético (LAKATOS; MARCONI, 1992; DINIZ; SILVA, 2008) devido ao cunho processual do objeto de pesquisa e das relações – interdependentes (noção de totalidade), conflituosas (noção de contradição) e dinâmicas (noção de mudança) – inerentes aos campos a serem abordados; como são compreendidos por diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, e à consideração a aspectos aparentes e essenciais, condicionamentos culturais, históricos, sociais. Outra característica que aponta ao uso dessa abordagem na pesquisa se remete à construção e desconstrução do objeto de pesquisa, observando as contradições associadas a esse objeto que demandam ser exploradas. Como exemplos, as UC como elemento que potencialmente nega o modelo de desenvolvimento que as justifica; os Conselhos Gestores como elementos que potencialmente contradizem a normatividade que os criou; a política potencialmente educadora em perspectiva crítica – que serve, aqui, de base empírica *ex post facto* – que, contraditoriamente, emerge de dentro de uma orientação de comando e controle. A própria experiência empírica trouxe esforços de criação de situações educadoras que visariam construir compreensões sobre o que estaria *por trás* de problemas que exercem pressões sobre as UC. Entender a essência por detrás das aparências.

O percurso metodológico e procedimental foi iniciado pela construção de um quadro referencial, a partir de levantamento bibliográfico e revisão de literatura e pesquisa documental, sobre o contexto marcado por debates sobre as políticas ambiental e de proteção da biodiversidade no Brasil, pela participação social na gestão pública a partir de instituições como os CG e acerca da incidência na formulação e implementação de políticas públicas como meio inicial e estratégico de buscar transformações culturais e socioambientais nos territórios de influência das UC.

Outro componente desse quadro se debruçou sobre o campo da EA, buscando em vertentes com perspectiva crítica contribuições que dialoguem com uma noção de Educação emancipatória e transformadora, assim como de gestão ambiental orientada pela necessidade de enfrentar causas estruturais de problemas ambientais. O desenvolvimento de tal quadro permitiu observar os Conselhos como estratégicos em um contexto de gestão pública da biodiversidade – no caso, representada pela gestão das UC. Sua base referencial é constituída por diferentes autores do campo da EA, como Layrargues (1999, 2000), Villaverde (2005), Gaudiano (2001), Lima (2005), Guimarães (2000), Carvalho (2004), Loureiro (2005, 2006, 2007), Quintas (2005, 2006), Sorrentino (1993, 2002a, 2002b), Ortega (2012), Tozoni-Reis (2007), Trein (2007), Pedrosa (2007), Pastuk (1993), Jacobi (2005), dentre outros autores e obras.

O desenvolvimento se deu em torno de três grandes eixos: 1) sobre categorias gramscianas úteis para se construir sua principal perspectiva teórica; 2) sobre as noções e expressões da conservação ambiental e como tendem a conformar-se, insustentavelmente, ao *status quo*; 3) sobre a EA em sua perspectiva crítica, apta a processar os aportes gramscianos trazidos pela pesquisa e direcioná-los a uma das *trincheiras*, aqui tomada como potencialmente antagônica ao Capital: a conservação da sociobiodiversidade em sua materialização mais conhecida como UC.

Para a parte empírica da pesquisa foram trianguladas técnicas de levantamento para dar conta de um recorte temporal entre 2012 e 2020. Levantamento documental, observação participante (LAKATOS; MARCONI, 1992; MARQUES, 2016) e grupo focal (TRAD, 2009; IERVOLINO; PELICIONI, 2001; BARBOUR, 2009).

3 Resultados

3.1 Algumas das categorias destacadas na obra de Antonio Gramsci em suas relações aproximadas com o objeto da pesquisa

O estudo apoiou-se tanto em intérpretes (PORTELLI, 1977; BIANCHI, 2008; LIGUORI; VOZA, 2017; GRUPPI, 1978; BUCI-GLUKSMANN, 1980; COUTINHO, 1999, 2017; COUTINHO; NOGUEIRA, 1993; GALASTRI, 2015; MARTINS, 2011; DURIGUETTO, 2014; SEMERARO, 2006, dentre outros) quanto no próprio Gramsci (1978, 1988, 1999, 2001, 2007). As contribuições com base em categorias gramscianas foram amadurecidas ao longo da investigação e, por questão de espaço, são sucintamente expostas a seguir.

- *Estado Integral ou Ampliado*, que localiza a *Sociedade Civil* e a *Sociedade Política* (aparelhos de Estado) como momento desse Estado Integral, afastando-se de clivagens entre ambos e compreendendo-os como duas esferas, complementares e reciprocamente influentes, ambos atravessados por projetos societários que disputam hegemonia;
- *Hegemonia* como consenso e coerção. Comandos coercitivos justificados ideologicamente e materializados politicamente pela *Sociedade Política*, apoiados em (e que reforçam) consensos construídos e consolidados com a *Sociedade Civil* e a partir dela.

- *Aparelhos Privados de Hegemonia*, identificados no presente trabalho, com os próprios CG e as organizações sociais, como movimentos práticos da sociedade civil ligados à justiça ambiental, às comunidades auto-organizadas, à agroecologia, à economia solidária, à agricultura familiar orgânica, à habitação e à reforma agrária, à superação do racismo, do patriarcalismo e do sexismo estruturais, entre outras pautas que necessitam de articulação e identificação com narrativas e práticas contra-hegemônicas anticapitalistas, além de outros espaços que possam ser considerados estratégicos.
- *Catarse*, relacionada na pesquisa à passagem do entendimento pontual e fragmentado dos problemas da UC, à compreensão da problemática socioeconômica e cultural observada em seu território de influência e nas questões estruturais nacionais, geopolíticas e planetárias.
- *Guerra de Posições*, a partir da qual se reconhece que a conquista do Estado (em sentido estrito), por si, não é suficiente; é preciso conquistar (e manter), mesmo antes e processualmente, posições estratégicas na sociedade civil para a construção e consolidação de valores e concepções de mundo contra-hegemônicas.
- *Intelectuais Orgânicos*, associados tanto àqueles que conduzem os CG, neles atuam e nos processos de EA vinculados, como aos próprios participantes dessas ações educadoras.

No que pode ser compreendido como uma espécie de *trincheira*, em termos gramscianos, no campo da conservação as UC guardam o potencial de representar, dialeticamente, na gestão ambiental pública, a negação de um modo de produção e modelo de desenvolvimento hegemônicos, protegendo a biodiversidade e se projetando, politicamente, para territórios além de suas demarcações formais, apontando para a premência de outros projetos de sociedade e de relação com a natureza. Já os Conselhos, por serem atrelados às UC, podem assumir-se como espaços de participação social ampliada (portanto, não restritos, exclusivamente, àqueles que o compõem formalmente) na elaboração de narrativas e agendas contra-hegemônicas que tenham no horizonte outros projetos societários, justos e sustentáveis socioambientalmente. Conselhos foram tomados como espaços públicos, de gestão da vida coletiva, abertos à participação política na gestão ambiental pública. Espaços a serem disputados, reivindicados tanto para mediar visões de mundo, interesses e conflitos, como para tomar posição sobre a regulação contra-hegemônica dos territórios de influência das UC.

A construção de contra-hegemonia tem na Educação sua mais fecunda estratégia, como promotora de deslocamentos de compreensão sobre a realidade – do senso comum a uma consciência crítica e emancipadora (de ingênua para problemática e desta para transformadora ou revolucionária, conforme perspectiva freireana de Educação). Diante da crise civilizatória que se expressa em problemas de natureza socioambiental, a Educação Ambiental guarda em si a potência de promover deslocamentos de compreensão sobre as raízes dessa problemática contemporânea, alçando o que se entende por crise ambiental à condição de crise civilizatória, ao passo que, também, detém em seu campo social repertório capaz de subsidiar, como processo formativo, a elaboração de narrativas e engajamento político contra-hegemônico.

A busca de subsídios a possíveis contribuições na obra de Antonio Gramsci ocorreu pela capacidade de sustentarem tanto a compreensão de que as políticas ambiental e de conservação não podem se limitar a negar ou conter o Capital. Precisam ser compreendidas como expressões do *Bloco Histórico* burguês e apontar, portanto, para sua superação. Do contrário, criam reservas a ser em algum momento reduzidas ou abertas ao uso predatório que não reconhece limites, ou então, simplesmente reproduzem o modelo do qual idealizam proteger a biodiversidade, ao legitimá-lo (desenvolvimento com restrições, dentro das UC; sem restrições, fora delas).

Em função do espaço restrito deste texto, optou-se por destacar duas categorias - *Intelectuais Orgânicos* e *Hegemonia*, consideradas centrais para a resposta à pergunta de pesquisa.

Com o conceito de *Hegemonia*, Gramsci afirma que seu desenvolvimento político configura um grande progresso filosófico, já que implica em transformações intelectuais e éticas alinhadas a uma compreensão da realidade que já superou o senso comum e tornou-se crítica. Tais compreensões, nessa perspectiva, se associam a uma mudança de valores e a uma outra ética na convivência em sociedade e desta com o que entende por natureza.

Precisam tornar-se consenso, produzir alianças. Precisam *dirigir* intelectualmente a sociedade, não em termos de condução alienada por um grupo dirigente e esclarecido, mas em termos de ideias-força, valores compartilhados coletivamente que sustentam uma compreensão hegemônica daquilo que se quer como sociedade e aquilo que não se admite nas relações com a natureza (seja por razões éticas ambientalmente orientadas ou mesmo pragmáticas, utilitárias e antropocêntricas, relativas à sobrevivência da espécie humana).

Por outro lado, a fórmula gramsciana para *Hegemonia*, qual seja, *consenso + coerção*, aponta para um aspecto de dominação que se torna indeclinável à medida em que nenhum consenso é absoluto. Mesmo havendo eventual conquista da predominância de uma concepção de mundo que é esteio de relações sociais libertárias, emancipadoras, sustentáveis, não haveria garantias de que todos, mulheres e homens antes privilegiados, não flertariam com impulsos individualistas e promotores de injustiça, desigualdade, extrativismo predatório, degradação socioambiental, seja na relação entre as pessoas ou dessas com a natureza. Daí a necessidade de mecanismos de controle – necessariamente coletivos – e de obrigatoriedade (disso a importância de atuação junto à sociedade política, que se constitui de aparelhos burocráticos, normativos e coercitivos).

Assim, a contribuição à EA se dá na forma de recomendar que se assuma o papel de promover situações formativas, em diferentes escalas, voltadas à construção desse consenso dialeticamente forjado a partir do senso comum, mas visando superá-lo, tornando-o coerente, consciente (do sincrético ao sintético, de Dermeval Saviani). Esse consenso não se caracterizaria como uma espécie de *bricolagem* entre diferentes perspectivas de atores com interesses distintos e invariavelmente condicionados pela assimilação acrítica e naturalização do atual padrão de relações sociais de produção e modelo de desenvolvimento.

Trata-se de processos eminentemente formativos, trabalhados por intelectuais orgânicos que se assumem como educadores – assim como educadores que se assumem como intelectuais orgânicos - comprometidos com os grupos sociais alijados do modelo de desenvolvimento hegemônico e desigualmente impactados por desequilíbrios socioambientais desse mesmo modelo. Assim sendo, sua intencionalidade pedagógica está apoiada em uma questão ampla de método (dialética, materialista e histórica, ou, ao menos, estranhamento e problematização das condições objetivas e forças materiais, o modo como se produz concretamente) e por uma questão ampla de horizonte político (transformação social e construção de outros projetos societários). Em suma, uma EA que se comprometa em compartilhar a premissa de que o sistema capitalista é incapaz de produzir respostas à crise civilizatória que provocou, demonstrando essa incapacidade de maneira empiricamente relacionada à sensibilidade e realidade vivida dos educandos e educadores. Uma EA que busca compartilhar e trabalhar o entendimento de hegemonia como síntese de desenvolvimento econômico e de consciência crítica.

Intelectuais Orgânicos talvez seja uma das categorias de Gramsci mais significativas à EA. Ao afirmar todos os homens e mulheres como filósofos, Gramsci reconhece todas e todos como intelectualmente capazes não apenas de pensar sobre o que fazem e como vivem, agindo de acordo com alguma concepção de mundo – por mais sincrética que seja. São, também, competentes para pensar o mundo, construir e produzir socialmente conhecimento. Mesmo reconhecendo haver aqueles cujo trabalho especializado seja pensar, elaborar e compartilhar – os intelectuais orgânicos – Gramsci entende que todos e todas pensam e agem dialeticamente no mundo. Ao afirmar isso, o pensador sardo questiona sobre o que seria melhor: pensar sem

disto ter consciência crítica, sem refletir sobre a concepção de mundo meramente *transmitida* ou repassada de diferentes modos e reproduzida de maneira alienada? Ou participar da elaboração e reelaboração de uma concepção de mundo, sendo o guia de si mesmo não aceitando, do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

Enredar-se nessa elaboração trata, sem dúvida, de um processo educador e emancipatório, coadunando-se com intenções já existentes no campo educacional e bem apropriadas nas reflexões, debates e mesmo práticas de EA. É o caso, pois, de reforçar esse comprometimento. A contribuição mais efetiva à EA não seria, como visto, associada exclusivamente ao horizonte emancipatório da prática educativa com orientação socioambientalista. É, também, quanto ao fundamento dessa orientação, que não se furta de reconhecer que se trata de superar o capitalismo como modo de produção, de organização da sociedade, de modelo de desenvolvimento e, tão importante quanto, maneira de conceber o mundo, as relações entre as pessoas e destas com a natureza, enfim, a vida.

No campo da EA, seriam os educadores ambientais aqueles com funções de intelectuais orgânicos, utilizando-se das situações e espaços formativos como *lóci* para sua prática de mobilizar os repertórios preexistentes, as compreensões sincréticas sobre questões ambientais vividas e, em diálogo com o devido aporte de elementos constituintes de uma perspectiva crítica e socioambientalista, facilitar a construção, organizada, coerente e sintética, de outra compreensão, mais elevada filosoficamente e apontando para a superação do *status quo* hegemônico. E mais, na condição de *Intelectuais Orgânicos*, promover o que foi desenvolvido por Gramsci com a categoria *Catarse*.

Em se efetivando a possibilidade de os CG consolidarem-se como produtores de contra-hegemonia resultante de processos educadores críticos e emancipatórios, sua projeção nos territórios de influência das UC de onde partem recomenda assumir funções semelhantes às de um *intelectual orgânico coletivo*. *Intelectual* porque elaborador de uma compreensão sobre a problemática socioambiental e de como superá-la em diálogo com o senso comum e comprometidos, não necessariamente, com um segmento de classe social (operário, por exemplo), mas com todo um conjunto de grupos sociais reconhecidamente subordinados a uma lógica humana e ecologicamente opressora e degradante. Essa seria a classe subalterna – aqui tomada como fundamental –, com a qual haveria o compromisso desse intelectual coletivo vinculado, por isso *orgânico*. *Coletivo* em função de sua condição de organismo politicamente estruturado e que compartilha, em grande medida, de uma concepção de mundo, uma ética e projetos societários comprometidos com a superação do *status quo*. Isso não restringe, necessariamente, o público a ser alcançado pela EA. Contudo, diante do compromisso emancipador, é mais nítida a necessidade de grupos mais vulneráveis, mesmo que, numa perspectiva freireana, quem se beneficia desse modelo de desenvolvimento hegemônico também carece de libertação.

Esses intelectuais teriam uma função estratégica, que é a de estarem na sociedade civil e na sociedade política (portanto, atuando em ambas as esferas na superestrutura gramsciana), elaborando/legitimando a ideologia elaborada pela filosofia da práxis, tornando-a uma concepção de mundo que lhe fornece sua consciência de classe.

Teriam, ainda, a função não menos estratégica de fazer permear pelo corpo social tal filosofia, ideologia e concepção de mundo pela via do consenso, sem prescindir de eventuais medidas coercitivas, já no momento de sociedade política, àqueles grupos dissonantes, porque contrariados em seus valores afastados de uma nova ética.

Na atuação dos intelectuais orgânicos, sua elaboração, embora espiritual no sentido intelectual, não é meramente abstrata, mas, sim, construída de modo concreto, com base no real e na experiência efetiva dos grupos sociais com os quais trabalha. Assim, em reforço àquilo já apontado em relação às demais categorias gramscianas, há a necessidade de a EA pautar-se por

situações práxicas - teóricas a partir da prática e vice-versa - tomando-se como prática a experimentação concreta de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

3.2 O potencial contra-hegemônico da Educação Ambiental na gestão de unidades de conservação a partir do diálogo com Gramsci

A EA inspirada em Gramsci demonstra-se portadora de alternativas contra-hegemônicas, colocando-as em discussão à luz da compreensão/leitura crítica da realidade apreendida nos processos formativos. Reconhece que a participação política é educadora (mesmo que, *a priori*, sem intencionalidade pedagógica). A EA contribui para realçar essa dimensão educadora. Ao fazer isso, assume o compromisso da intencionalidade pedagógica (o que permite a escolha consciente pelo referencial crítico).

A ação educadora observada na pesquisa expõe contradições/incoerências/distanciamentos/insuficiências no diálogo com o aporte gramsciano – revolucionário, de transformação radical da sociedade/modo de produção. Sobretudo, em relação ao horizonte proposto pela tese que dá origem a este artigo: a incidência em políticas públicas. Esse horizonte pode ser considerado curto frente ao alcance da teoria política de Gramsci, já que sua aposta tende a limitar-se à normatividade vigente.

A análise da ação de EA apontou para questionamentos desta às políticas que reafirmam e reproduzem desigualdades, injustiças e galvanizam a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento hegemônico. Portanto, ainda demanda ser potencializada pela tomada de consciência de seu alcance, desde que subsidiada por contribuições da EA em perspectiva crítica inspirada por categorias gramscianas. Para questionar, no mínimo, o capitalismo em sua forma contemporânea: neoliberal e financeirizada.

Ainda que de forma aproximada em termos de proporções e eventuais equivalências, é possível reconhecer que Gramsci contribui, efetivamente, para dar sentido a essa politização no campo da EA (tanto em se tratando de práticas, como também em relação àquilo que dialoga de maneira práxica com ela).

A EA pode contribuir, de maneira também significativa, para *ambientalizar* essa Educação que se assume como política e comprometida com determinados valores que conduzem a uma outra moral e outras demandas éticas, tanto quanto subsidia a atualização necessária nos seguintes termos: além das contradições entre capital e trabalho, é preciso – e até urgente – tratar daquelas entre capital e natureza.

A EA, ao amadurecer como campo social, contribui com o próprio campo ambiental que a originou e, tomando-se o recorte da pesquisa que lastreia este artigo, em especial o da conservação pela via da gestão pública da sociobiodiversidade, na medida em que subsidia o desenvolvimento e reforço de uma mentalidade associada a um posicionamento político, ambos em relações de reciprocidade com ações materiais de intervenção na realidade.

Essa práxis, por seu turno, ocupa lugar destacado, ativo e consciente diante dos conflitos socioambientais produzidos em decorrência da agudização na relação de sociedades guiadas por fases mais contemporâneas do capitalismo (expressas, na América Latina, pelo neoextrativismo) com os diversos biomas e ecossistemas. Ao cumprir essa contribuição à gestão de UC a EA fornece sentidos à atuação dos Conselhos Gestores, incrementando reflexões e ações relativas à sua composição, dinâmica e atuação nos respectivos territórios. Ao consolidar sentido político contra-hegemônico às UC e seus Conselhos, a EA assume papéis, também, no âmbito da disputa por hegemonia no interior da sociedade política.

Das evidências coletadas no levantamento sobre o contexto no qual se desenvolveu a EA na gestão de UC (a partir da fiscalização ambiental), emergiu a necessidade de identificar e estabelecer dois planos, um em nível estratégico e outro tático. O primeiro é de médio e longo prazos, visando conquistar posições (sejam espaços institucionais, instrumentos etc., sejam

aspectos que fortalecem uma narrativa ou discurso sobre EA, sobre conservação e gestão de UC). O segundo é mais dinâmico, opera no curto prazo e é circunstancial. Portanto, deve ser relacionado a condições percebidas e compreendidas a cada momento. Trata das movimentações de operacionalização da(s) estratégia(s) observadas como viáveis e necessárias para efetivar o potencial da EA em contribuir para apontar as UC como antagonistas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Da ação de EA analisada na pesquisa sobressaem algumas estratégias: disputar espaço institucional a partir de uma perspectiva hegemônica nos campos da EA, da conservação e do papel dos Conselhos; compartilhar essa forma de compreender os sentidos atribuídos às UC e aos Conselhos com o maior número de pessoas possível, pela via de itinerários educadores, visando tanto deslocar compreensões, como também pavimentar caminhos para a ação política potencialmente transformadora; disputar termos, interpretações de normas e políticas já instituídas e as próprias formas de organização de instituições envolvidas.

A ação em foco buscou atribuir outros sentidos à ideia de prevenção na fiscalização ambiental, às funções das UC (inicialmente em seus territórios e para além deles) e aos papéis dos Conselhos, alinhados a reinterpretar e ressignificar suas próprias atribuições institucionais (como, por exemplo, para estabelecer as relações entre EA e um setor do sistema ambiental sem atribuição de promovê-la).

Dessa estratégia se observa outra, mais identificada com o campo da EA: no lugar de configurar-se como *algo a mais* ou *à parte* da operacionalização cotidiana de qualquer instrumento da política de meio ambiente (no caso em tela, a fiscalização ambiental), a EA se expressa no fazer desse outro instrumento. Atribuiu-se sentido educador à execução da política de fiscalização de UC. A EA se manifestou como parte da execução da política de fiscalização observada. Revestiu-se como uma estratégia, preventiva, da própria fiscalização ambiental.

Com isso se potencializa um inicial desequilíbrio naquilo de senso comum que existe no que tange à conservação ambiental, à proteção e à fiscalização em UC, que deverá se consolidar à medida em que o trabalho se desenvolve e presta contribuições à gestão das UC e dos Conselhos, além de subsidiar a própria fiscalização em sentido estrito, podendo redirecioná-la.

Do tratamento descritivo e analítico do contexto da experiência, emergiram diferentes movimentações em nível tático. A consolidação de uma proposta com algum grau de consistência do ponto de vista teórico-metodológico, seguida de sua afirmação e reconhecimento no âmbito técnico-profissional-institucional imediato, tornando a proposta mais institucional e menos personalizada.

A partir dessa primeira *camada* de institucionalidade, observou-se mais um movimento no plano tático: a expansão da proposta àquelas instituições operadoras de outros instrumentos da política de meio ambiente, especialmente nos campos da conservação e de gestão de UC. Além desse movimento em busca de legitimação, já no âmbito de um sistema ambiental, identificou-se a criação e uso de um recurso transversal às demais movimentações. Aqui se refere à produção de conhecimento, reconhecendo que, além de desenvolver e executar políticas públicas, é possível e necessário produzir conhecimento organizado e promotor de perspectivas contra-hegemônicas para subsidiar a continuidade dessa guerra de posições no Estado em sua integralidade.

4 Emergências da ação de EA analisada em diálogo com as categorias gramscianas

A ação de EA analisada exercitou uma ampliação da noção de proteção da UC que demanda a incidência política, via CG, na regulação dos seus territórios de influência, tendo no horizonte alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. A experiência prática

despertou questões sobre se seria aquele trabalho um processo, não formal, de EA em perspectiva crítica. Mais ainda, se seria possível vislumbrar as UC como antítese do capitalismo e seus CG como espaços políticos produtores de sínteses. Como sujeitos políticos promotores de contra-hegemonia a partir de processos de EA.

Como resultados da intervenção educadora, se observam treze planos de ação de CG visando intervir na realidade apreendida ao longo das oficinas de EA, mais deslocamentos de compreensão dos participantes quanto às questões estruturais de uma sociedade desigual e suas relações com as pressões e ameaças à sociobiodiversidade protegida pelas UC. Tais deslocamentos caracterizam que os processos voltados a pensar sobre as causas dos *problemas de fiscalização* foram educadores e associaram questões ambientais a outras dimensões, como a econômica, social, cultural, política, histórica.

Uma premissa do trabalho de EA observado foi a noção ampliada de proteção, transcendendo a ideia de monitoramento, vigilância e punição (comando e controle). Nela, é atribuída importância estratégica à identificação e problematização das origens, causas e motivações da incompatibilidade entre ações humanas, social e historicamente localizadas, e a intenção de conservação ambiental, sobremaneira circunscrita à preservação em sentido estrito.

No processo, com fortes marcas de aprendizagem social (JACOBI, 2013) e auto-organização, observou-se elementos que apontam para Conselhos que atuam para além da cogestão estrita da UC com restrições predefinidas (limites físicos da UC e natureza consultiva do Conselho). Tais elementos fizeram emergir o sentido de arenas públicas nas quais os conflitos ambientais e suas raízes estruturais em termos socioeconômicos e culturais vieram à tona e foram, crítica e complexamente, apreendidos e analisados de diferentes ângulos, sendo conscientemente abordados em termos de atuação política observando, ainda que tangencialmente, o modelo hegemônico de organização econômica e social da produção e do consumo.

Desse movimento de *pessimismo da razão*, decorria outro, de *otimismo da vontade*, no qual se percebia o exercício da capacidade auto-organizativa dos participantes dos Conselhos (não exclusivamente conselheiros) em construir caminhos possíveis e necessários, estratégicos e táticos, visando o enfrentamento de causas (essência) de problemas sensíveis por suas manifestações ou fenômenos (aparência). O faziam apoiados, também, em reflexões sobre o alcance de sua função política.

Questões sobre recategorização de UC, sua gestão compartilhada com comunidades, alternativas pautadas pela agroecologia articulada à economia solidária, reorientação de políticas de desenvolvimento local, de habitação e premência por reorientação e articulação entre diferentes políticas públicas setoriais do território de influência das UC chamaram a atenção. Subsidiariam o potencial do papel político a ser exercido pelas UC a partir de seus Conselhos, bem como a então potencial contribuição da obra de Antonio Gramsci para o desenvolvimento deste papel e para a necessária relação com questões estruturais em nível regional, nacional e global/planetária.

Além disso, insinuaram uma função das UC que transcenderia a figura de antítese do modelo hegemônico de desenvolvimento. Provocaram reflexões sobre a potência da UC configurar-se como um ponto de inflexão no território, no que diz respeito a como as sociedades se relacionam com diferentes espaços e fazem uso de seus atributos naturais. Não prescindindo de pensar, dialeticamente, sobre como se organizam em sociedade e, já no âmbito da cultura, sobre que valores e ética a orientam. Para tanto, devido às limitações inerentes aos instrumentos à disposição da gestão das UC – como os planos de manejo, por exemplo – os CG emergiram, na referida experiência, como sujeitos para expressar, politicamente e *para fora* das UC, a função de ponto de inflexão. Conselhos como sujeitos coletivos, produtores de *sínteses* da relação dialética entre a *tese* representada pelo modelo de desenvolvimento insustentável

hegemônico e sua *antítese*, representada pelas UC protegendo o que restou de biodiversidade no território.

5 Considerações finais

A EA contribui à gestão de UC na medida em que contribui para organizar uma perspectiva crítica na própria elaboração de sua realização e compartilha dessa visão de mundo com diferentes agentes sociais reunidos.

O espaço torna-se educador nesse compartilhar a perspectiva crítica e, também, ao se construir situações dialógicas e co-labor-ativas de: i) uma compreensão sintética (concreto pensado) sobre a problemática socioambiental; ii) um sentido político compartilhado tendo como horizonte incidir politicamente na organização e normatividade do território.

Aspectos que permitem afirmar essa potencialidade foram observados na dimensão empírica da pesquisa. Contudo, identificou-se a necessidade de efetivar, conscientemente, tanto a potencialidade quanto a perspectiva gramsciana (que não foi percebida na ação de EA examinada).

A inspiração em categorias gramscianas pode potencializar essas contribuições, na medida em que fornece elementos substantivos em termos conceituais, teóricos e metodológicos que fortalecem a concepção de EA, tanto quanto suas práticas. Pode contribuir, também, na direção de esclarecer que sob um modo de produção orientado pela lógica de acumulação privada – e suas decorrências – não há perspectiva sustentável de conservação ambiental.

A EA inspirada em Gramsci pode subsidiar a elaboração de algo que dialogue ou mesmo se assemelhe a um projeto societário. Reforçar um deslocamento de sentido em relação às UC e aos seus Conselhos. Esses espaços especialmente protegidos adquirem um sentido politicamente mais forte na medida em que se configurem como *antítese* do modelo hegemônico, mesmo no que se refere ao propósito de conservar. Conselhos fazem mais sentido quando se assumem – e são assumidos – como sujeitos políticos que elaboram sínteses dessa dialética entre UC e modelo que a gerou.

Também, as contribuições da teoria em foco apontam para compreender diferentes campos sociais. Tanto o campo da conservação (e a estratégia de criar e gerir UC) como o da EA são tomados como *trincheiras*, como espaços tanto de luta como de disputa por outras hegemonias. Apontam, ainda, para situar essas lutas como dadas em um contexto mais amplo, mais complexo, imprescindível para se entender e empreender um acúmulo maior de forças anticapitalistas.

Por fim, se reconhece a tendência – ou risco - iminente de tudo isso restringir-se inconscientemente ao que Gramsci definiu como *pequena política* (âmbito da gestão ambiental, das instituições e normatividade vigentes). Risco de predomínio do reformismo limitado e legitimador. Isso requer observar que é imprescindível atuar mirando, dialogando e incidindo também na *grande política* (terreno dos projetos de sociedade, das decisões que estruturam a socioeconomia e demais macro políticas públicas). As UC tornam-se possíveis começos de processos de luta política extensos e mais amplos, na transição urgente para sociedades sustentáveis.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

ACOSTA, A. *O Bem Viver*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. Ecoportal, 2012. Disponível em: <https://www.ecoportal.net/temas-especiales/mineria/extractivismo_y_neoextractivismo_dos_caras_de_la_misma_maldicion/>. Acesso em abr. 2019.
- BARBOUR, R. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda. 2008.
- BUCCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília, MMA, 2004. p. 13-24.
- COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). *Gramsci e a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, C. N. Verbete: grande/pequena política. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário gramsciano*. Tradução: Ana Maria Chiarini; Diego S. C. Ferreira; Leandro O. Galastri; Silvia Bernardinis. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DINIZ, C.; SILVA, I. B. *Metodologia científica*. Aula 5: o método dialético e suas possibilidades reflexivas. Campina Grande; Natal, UEPB/UFRN, 2008.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?* 2 ed. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.
- DURIGUETTO, M. L. A questão dos Intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4XHZSCstQ7SFCNnM7qZmHds/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 22 dez. 2021.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- GALASTRI, L.O. Gramsci e a questão 'estrutura' versus 'superestrutura' na análise política da história. *Revista História & Luta de Classes*, v. 10, p. 11-16, 2015.
- GAUDIANO, E. G. Otra lectura a la historia de la educación ambiental em América Latina y el Caribe. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 3, p. 141-158, jan./jun. 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/3034/2425>>. Acesso em 22 dez. 2021.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6ª ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, L. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUDYNAS, E. Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaliza. Cochabamba, Claes/Cedib, 2015.

GUDYNAS, E. Los ambientalismos frente a los extractivismos. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 268, p. 110-121, marzo-abril de 2017. Disponível em: <https://static.nuso.org/media/articles/downloads/7.TC_Gudynas_268.pdf>. Acesso em 22 dez. 2021.

GUDYNAS, E. Hasta la última gota: las narrativas que sostienen a los extractivismos. *RevIISE*, San Juan, Argentina, v. 13, n.13, Año 13, p. 15-31, abr./sept. 2019.

GUDYNAS, E. *Direitos da natureza: ética biocêntricas e políticas ambientais*. Trad. Igor Ojeda. São Paulo, Editora Elefante, 2019.

GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental: no consenso um embate?* Campinas, Papirus, 2000.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, Ribeirão Preto, v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001.

JACOBI, P.R. Participação. In: FERRARO JR. L. A. (Org.). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília, MMA, 2005. p. 229-236.

JACOBI, P. R. (Coord.) *Aprendizagem social e unidades de conservação: aprender juntos para cuidar dos recursos naturais*. São Paulo: IEE/PROCAM, 2013. p. 11-17.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. *Metodologia Científica*. 2 ed. São Paulo, Atlas, 1992.

LAYRARGUES, P. P. A resolução de problemas locais deve ser um tema-gerador ou uma atividade fim da Educação Ambiental. In: REIGOTA, M. (Org.). *Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão*. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1999. p. 131-148.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. CASTRO, R. S. de. (Orgs.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 87-155.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan.-mar. 2014.

LIGUORI, G.; VOZA, P. *Dicionário Gramsciano*. Trad. Ana Maria Chiarini et. al. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, G. C. F. *Formação e dinâmica do campo da Educação Ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios*. 2005. 207 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria Crítica. In: FERRARO JR. Luiz Antônio (Org.). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília, MMA, 2005. p. 323-332.

LOUREIRO, C. F. B. *Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, C. F. B. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro, Quartet, 2007. p. 13-67.

MACHADO, R. *Educação Ambiental e contra-hegemonia na gestão de Unidades de Conservação: contribuições em diálogo com categorias de Antonio Gramsci*. 2021. 388 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MACHADO ARAÓZ, H. *Naturaleza mineral. Uma ecología política del colonialismo moderno*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Faculdade de Humanidades, Universidad Nacional de Catamarca, Catamarca.

MARQUES, J. P. A ‘observação participante’ na pesquisa de campo em Educação. *Educação em Foco*, Belo Horizonte, n. 28, Ano 19, p. 263-284, mai./ago. 2016. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1221/985>>. Acesso em 22 dez. 2021.

MARTINEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução Márcio Waldman. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, M. F. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 131-148, set./dez. 2011.

MARVIER, M. New conservation is true conservation. Editorial. *Conservation Biology*, Washington D.C., EUA, v. 28, n. 1, p. 1-3, 2013.

ORTEGA, M. A. A. *La construcción del campo de la educación ambiental: análisis, biografías y futuros posibles*. Guadalajara Jalisco: Editorial Universitaria, 2012.

PASTUK, M. *Estado e participação pública em questões ambientais urbanas*. 1993. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

PEDROSA, J. G. O capital e a natureza no pensamento crítico. In: LOUREIRO, C. F. B. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro, Quartet, 2007. p. 69-112.

PORTELLI, H. *Gramsci e o Bloco Histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

QUINTAS, J. S. Educação na Gestão Ambiental Pública. In: FERRARO JR., L. A. (Org.). *Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília, MMA, 2005. p. 131-142.

QUINTAS, J. S. *Introdução à gestão ambiental pública*. 2 ed. rev. Brasília: IBAMA, 2006.

SORRENTINO, M. Apresentação. In: RAYMUNDO, M. H. A.; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. (Orgs.). *Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?* [livro eletrônico] São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. p. 16-19. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280740789_Como_construir_politicas_publicas_de_educacao_ambiental_para_sociedades_sustentaveis>. Acesso em: 22 dez. 2021

SANDBROOKE, C. *et al.* The global conservation movement is diverse, but not divided. *Nat. Sustain.*, [s.l.], 2, p.316-323, apr. 2019. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41893-019-0267-5#citeas>>. Acesso em 22 dez. 2021.

SANTOS, B. de S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, B. de S. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.

SAVIANI, D. *Do senso comum à consciência filosófica*. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 1996. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações*. 9ª ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SEMERARO, G. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

SORRENTINO, M. Avaliação de experiências recentes e suas perspectivas. In: PAGNOCCHESCHI, B. (Org.) *EA: experiências e perspectivas*. Brasília: Inep. 1993. p. 07-30.

SORRENTINO, M. De Tbilissi a Thessalonik: a educação ambiental no Brasil. In: QUINTAS, J.S. (Org.) *Pensando e praticando a educação ambiental no Brasil*. Brasília: IBAMA, 2002a. p. 107-118.

SORRENTINO, M. Crise ambiental e educação. In: QUINTAS, J.S. (Org.) *Pensando e praticando a educação ambiental no Brasil*. Brasília: IBAMA, 2002b. p. 93-106.

SORRENTINO, M. Patrimônio Natural e Cultural: transição educadora para sociedades sustentáveis. In: SILVA, D. R. (Org.). *Livro de Actas da XXIV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental*. Setubal: Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), 2019.

SOULÉ, M. E. What is Conservation Biology? A new synthetic discipline addresses the dynamics and problems of perturbed species, communities and ecosystems. *BioScience*, [s.l.] local de publicação, v. 35, n. 11, p. 727-734, 1985.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Trad. Lígia Azevedo. São Paulo, Elefante, 2019.

TERÁN, E. Las nuevas fronteras de las commodities en Venezuela: extractivismo, crisis histórica y disputas territoriales. *Ciencia Política*, [s.l.] local de publicação, v. 2, n. 21, p.251-85, 2016.

TOZONI-REIS, M. F. C. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, C. F. B. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro, Quartet, 2007. p. 177-221.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis*, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p. 777-796, 2009.

TREIN, E. A contribuição do pensamento marxista à educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.). *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro, Quartet, 2007. p. 113-133.

VILLAVERDE, M. N. Educación ambiental y educación no formal: dos realidades que se realimentan. *Revista de Educación*, [s.l.] local de publicação, n. 338, p. 145-165, 2005. Disponível em: <<https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:c6e0ed46-7a16-42b6-9e1a-21826008c7aa/re33810-pdf.pdf>>. Acesso em 22 dez.2021.

WRIGHT, E. O. *En vision ingreal utopias*. London/New York: Verso, 2010.

WRIGHT, E. O. *Como ser anticapitalista no século XXI?* Trad. Fernando Cauduro Pureza. São Paulo: Boitempo, 2019.